

**COMENTÁRIO AO ARTIGO DE FÁBIO FAVERSANI  
INTITULADO *ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO:*  
APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA**

*Alexandre Agnolon<sup>1</sup>*

A necessidade de periodização sempre se constituiu, para o historiador – e para todos os estudiosos do passado de um modo geral – , uma ferramenta metodológica de suma importância, justamente pelos motivos todos eles já elencados por Harriet Flower, que os menciona, poderosamente concentrados em seu símile “gramatical”, por assim dizer, que servem, por seu turno, de *leitmotiv* para o belo artigo de Fábio Faversoni (o elogio aqui, portanto, já pode ser entendido como resposta ao questionamento inicial do autor: estavam, sim, certos os editores, pois que, acabado ou não, o grande mérito de um texto subjaz justamente em sua capacidade de estabelecer fecunda interlocução). O artigo em tela se não resolve, apresenta extremamente bem o campo de discussões em que se situa o problema, ainda atual, acerca do *suposto* fim da República e *suposto* surgimento do Império – peço ao leitor que repare nos adjetivos em itálico.

Ora, os adjetivos que referi importam aqui, uma vez que, em certo sentido, delimitam o espaço central de discussão circunscrito pelo artigo que gira em torno de uma tensão, de um lado, entre a noção de ruptura, chancelada por autores importantes da historiografia, como Syme e Finley; e, de outro, pela leitura das fontes antigas elas mesmas que, como se percebe muito bem pelos não poucos exemplos arrolados por Fábio Faversoni, torna mais complexa a questão, estabelecendo entre República e Império não uma relação de ruptura, clara e distinta, mas a existência de zonas de fronteira cujos contornos são menos nítidos, de modo que, segundo o autor, talvez não seja tão produtiva a periodização rígida ou, para usar um léxico mais gramatical, uma periodização paratática que, em função do conjunto de eventos que caracterizam determinado período – o que, amiúde, reside numa escolha do historiador –, propõe divisão clara entre dois momentos históricos, *a priori*, distintos: o fim da República e o início do Império.

---

<sup>1</sup> Professor de Estudos Clássicos (UFOP).

Ademais, se considerarmos essas mesmas rubricas historiográficas, tomadas absolutamente, bem entendido, é possível ainda percebermos interesses extemporâneos – é o caso da ascensão dos regimes nazifascistas na Europa da primeira metade do século XX, como bem aduz o autor baseado no juízo de Potter – , de tal sorte que não deixam, pois, de padecer de certo anacronismo, potencializado ainda mais pelo fato de as categorias – aí talvez seria uma questão interessante para que Fábio Faversani a desvelasse – que lhes servem de base se ancorarem em pressupostos hegelianos que, por sua vez, pressupõem a superação inexorável do passado, a contrariar, portanto, as fontes antigas elas mesmas em que não há ruptura, mas, sim, uma relação sucessiva de continuidades e descontinuidades, o que, ao fim e ao cabo, é a conclusão a que chega Fábio Faversani, em especial na imagem contundente e muito representativa de seu poema concretista que compõe a fatura final do artigo: a iconicidade do verso – devo dizê-lo – põe em cena, com todas as cores, a relação hipotática entre República e Império, cujas (des)continuidades apontam justamente para uma difícil separação entre os dois períodos, numa espécie de *terceira margem do rio* da história romana, ainda que, frequentemente, possa se tomar certos eventos – como, por exemplo, a vitória de Otaviano em Ácio – como representativos, do ponto de vista político, para a demarcação do início do Principado.

É possível ainda depreender do texto – e gostaria de saber o que Faversani pensa disso – uma discussão metodológica profunda, que ultrapassa a problematização inicialmente proposta (a saber: a periodização de um regime e outro). Ora, quero dizer que há, bem nitidamente demarcados, dois blocos no artigo: o primeiro, sobre a tentativa moderna de periodização da história romana, perfaz resenha de autores fundamentais, como é o caso do formalismo de Mommsen e a história social de Syme e Finley; o segundo apresenta fontes antigas de épocas variadas (Cícero, Sêneca, Salústio, César, etc.) que nos oferecem informações suficientes para compreender a insuficiência das categorias modernas que adotamos comumente. Não se trata, porém, de uma cruzada contra o anacronismo, nem de um desprezo aos autores modernos a

ponto de os deixarmos em segundo plano: é inegável a contribuição deles para o atual debate historiográfico. Por outro lado, também não é possível tratar do passado sem se debruçar sobre as fontes do passado e interpretá-las levando em consideração os condicionamentos de produção e circulação coetâneos aos materiais estudados. Ora, se o desconhecimento dos autores modernos é incorrer em erro, erro maior ainda é o desconhecimento das fontes antigas: do documento, tão importante para a prática historiográfica. Nesse sentido, por fim, Fábio Favarsani nos brinda com um exemplo eloquente que amalgama duas virtudes fundamentais para o historiador do passado romano: o domínio dos autores e teóricos modernos – com quem trava intenso diálogo, amiúde tenso – e, sobretudo, leitura diligente e autônoma do principal: os antigos.

